

“Se a história é nossa, a memória nos pertence”: desafios e contribuições do Memorial Brumadinho para as Museologias Comunitárias

“If history is ours, memory belongs to us”: challenges and contributions of Memorial Brumadinho to Community Museologies

CLOVIS CARVALHO BRITTO

<https://orcid.org/0000-0001-6267-544X>

Universidade de Brasília / Brasília, DF, Brasil

BRITTO, Clovis Carvalho. “Se a história é nossa, a memória nos pertence”: desafios e contribuições do Memorial Brumadinho para as Museologias Comunitárias. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 33, p. 1-27, 2025.

DOI: <https://doi.org/10.11606/1982-02672025v33e23>

RESUMO: Este artigo analisa a trajetória do Memorial Brumadinho, criado em decorrência do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, em Brumadinho, Minas Gerais, que ocasionou um dos maiores crimes-tragédias socioambientais do país. O objetivo é compreender a concepção e a luta pela gestão do memorial, a partir das articulações da Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão – Brumadinho (Avabrum). Apresenta alguns desafios e contribuições dos memoriais de vítimas e atingidos por crimes-tragédias para as Museologias comunitárias e para as disputas sobre memória, reparação e pertencimento. A partir de uma metodologia qualitativa, privilegia o estudo de caso por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental. Para tanto, mobiliza fontes diversas, a exemplo de bibliografia especializada, matérias jornalísticas, laudos técnicos, publicações em sites e redes sociais da Avabrum, além de visitas ao memorial e participação em audiências públicas. O intuito foi demonstrar a importância de relativizar e problematizar os conceitos e, ao mesmo tempo, de perceber os processos museológicos como ficções e fricções em constantes adaptações, reinvenções e atravessamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Museologia. Museologias Comunitárias. Brumadinho. Tragédia-crime. Memorial Brumadinho.

ABSTRACT: This study analyzes the trajectory of Memorial Brumadinho, created due to the collapse of the mining company Vale dam, Córrego Mina do Feijão, in Brumadinho, Minas Gerais, which caused one of the biggest socio-environmental crimes-tragedies in Brazil. It aims to understand the conception and struggle to manage Memorial based on the articulations of Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão – Brumadinho. It describes some of the challenges and contributions of memorials of victims and those affected by crimes-tragedies to Community Museologies and the disputes about memory, reparation, and belonging. Its qualitative methodology favors case studies via bibliographical research and documentary analysis. It mobilizes sources such as specialized bibliography, journalistic articles, technical reports, memorial website and social media posts, visits it, and participation in public hearings. This study aims to show the importance of relativizing and problematizing concepts and of perceiving museological processes as fictions and frictions in constant adaptations, reinventions, and crossings.

KEYWORDS: Museology. Community Museologies. Brumadinho. Crime tragedy. Memorial Brumadinho.

INTRODUÇÃO

No dia 25 de janeiro de 2019, a barragem da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, em Brumadinho (Minas Gerais), rompeu, matando 272 pessoas (dois corpos ainda não foram encontrados), tornando-se um dos maiores crimes-tragédias socioambientais do país.¹ O crime-tragédia atingiu Brumadinho e mais 25 municípios,² despejando rejeitos de mineração na bacia do Rio Paraopeba e afetando milhares de pessoas. Em agosto do mesmo ano, foi criada a Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão – Brumadinho (Avabrum), que pauta suas ações nos direitos dos familiares e atingidos, na justiça pela responsabilização dos culpados e na preservação da memória do crime e das vítimas, lutando pela não repetição do crime.³

O debate sobre a memória das vítimas, dos atingidos e do crime consiste em uma das principais bandeiras da associação. No dia 25 de todo mês, é realizado um ato público e diversas ações de conscientização e de luta por justiça são promovidas durante o ano. Uma das principais ações consistiu na criação do Memorial Brumadinho, em um terreno nas proximidades do local onde ocorreu o rompimento:

Memória é uma das principais bandeiras de luta da AVABRUM porque, sem ela, o crime que gerou a tragédia pode ser esquecido e se repetir. Pela memória das 272 Joias,⁴ um Memorial foi erguido no Córrego do Feijão, em Brumadinho, próximo à mancha onde o rejeito de minério passou. É um monumento que ressignifica o luto pelo qual toda comunidade atingida passou e ainda passa. Mais do que homenagear e contar a história da tragédia e de cada uma das vítimas cobertas pela lama, o Memorial é um espaço de contemplação que leva o visitante a refletir sobre a dor e a importância da vida. Além disso, os segmentos corpóreos remanescentes das vítimas estarão depositados no Memorial.⁵

Investigar a concepção e a luta da Avabrum pela gestão do memorial, aqui compreendido como um processo museológico,⁶ consistem em um dos objetivos deste artigo,⁷ especialmente na análise dos desafios e contribuições para as Museologias comunitárias.

No caso da musealização de eventos críticos/traumáticos, torna-se um estratagem, uma tentativa de narrar o inenarrável. Nesses termos, é interessante a orientação de Cristina Bruno quando reconhece que a museologia pode orientar e organizar “as formas de perseguição ao abandono e tem a potencialidade de minimizar os impactos socioculturais do esquecimento a partir dos processos de musealização que, por sua vez, educam para o uso qualificado do patrimônio”⁸. Portanto, o texto evidenciará as tensões em busca de quais memórias sustentarão a musealização compreendida como “atividades voltadas para a salvaguarda e comunicação dos acervos, visando uma cadeia de ações interdependentes como pesquisa, documen-

1. De acordo com a Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão – Brumadinho (Avabrum): “A avalanche de rejeitos de minério de ferro se arrastou por 220 quilômetros na bacia do Rio Paraopeba e atingiu uma área equivalente a 300 campos de futebol, impactando a vida em 26 municípios ao longo da calha do rio. Ao avançar, a onda de lama levou tudo pela frente: pessoas, animais e vegetação, incorporando construções, veículos, equipamentos, trens e muito entulho que colidiram com as pessoas, deixando corpos literalmente em pedaços espalhados por quilômetros de distância. Apenas 59 corpos foram entregues íntegros às suas famílias. Até março de 2024, a Polícia Civil/IML analisou 1.029 casos, com 267 identificações, 461 reidentificações, 277 casos inconclusivos ou não humanos e 24 seguiam em análise. [...] Uma barragem feita pelo método de construção da B1, de alteamento a montante, que é o mais barato e menos seguro (e ainda neste caso com todo o centro administrativo abaixo). Nele, a barragem ganha novos degraus, feitos com o próprio rejeito, material instável que a deixa mais sujeita à liquefação, como ocorreu em Brumadinho e em Mariana, que colapsou em 2015, matando 20 pessoas. A ANM (Agência Nacional de Mineração) ainda contabiliza no Brasil 61 barragens do tipo, 39 em Minas Gerais. A lei estadual Mar de Lama Nunca Mais determinou que até fevereiro de 2022 todas essas estruturas fossem descomissionadas no estado. Mas o prazo foi flexibilizado por meio de acordos entre as mineradoras, o Governo e o

Ministério Público” (Avabrum, 2024, p. 10-14).

2. São considerados atingidos os seguintes municípios: Abaeté, Betim, Biquinhas, Brumadinho, Caetanópolis, Curvelo, Esmeraldas, Felixlândia, Florestal, Fortuna de Minas, Igarapé, Juatuba, Maravilhas, Mário Campos, Mateus Leme, Morada Nova de Minas, Paineiras, Papagaio, Pará de Minas, Paraopeba, Pequi, Pompéu, São Gonçalo do Abaeté, São Joaquim de Bicas, São José da Varginha e Três Marias.

3. Cf. Avabrum (2024).

4. Termo utilizado pelos familiares para designar as vítimas: “O termo ‘Jóias’ foi adotado pelos familiares em resposta ao então presidente da Vale, Fabio Schvartsman, que, em depoimento no Congresso, usou a palavra para referir a importância econômica da empresa. Para os familiares, as verdadeiras Jóias são as vidas humanas” (*Ibid.*, p. 5).

5. *Ibid.*, p. 41.

6. Segundo Camila Azevedo de Moraes Wichers (2021, p. 4), processo curatorial museológico “refere-se a um ‘ciclo completo’ e contínuo de procedimentos técnicos e científicos que envolvem a formação das coleções e seu estudo, documentação, conservação e comunicação (exposição e ações educativas e de difusão cultural). Nessa abordagem, cada etapa é considerada em harmonia e de forma solidária com as demais, demandando um trabalho interdisciplinar”.

7. Pesquisa financiada com Bolsa de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

8. Bruno (2000, p. 2).

tação, conservação e extroversão de referências patrimoniais”⁹, o que pode contribuir para a compreensão do delineamento de memoriais concebidos por associações de vítimas e de sobreviventes de crimes e/ou desastres socioambientais no Brasil.

O intuito será perceber como as Museologias comunitárias podem ser mobilizadas para a criação de tecnologias em prol do desenvolvimento sustentável e de monitoramento, prevenção e recuperação de memórias, especialmente em torno de narrativas urbanas visando ao desenvolvimento comunitário e à justiça social. Para tanto, compreendo as Museologias comunitárias nos termos apresentados por Hugges de Varine,¹⁰ concebidas como um ato social, fruto de uma luta coletiva das comunidades em prol da visibilização das demandas locais dos habitantes dos territórios onde são mobilizados os patrimônios.

Isso é relevante em virtude de uma dificuldade de compreensão do que seriam museus e Museologias comunitárias, algumas vezes percebidos como sinônimos. Essas considerações são importantes quando definimos um caso concreto. Quando concorri a um edital de financiamento para a pesquisa sobre os memoriais criados por associações de vítimas e sobreviventes de crimes-tragédias socioambientais, tendo como um dos estudos de caso o Memorial Brumadinho, um dos pareceristas afirmou de modo peremptório: “Diante disso fica em aberto saber o que exatamente pretende levantar o autor quando traz o termo museus comunitários a realidades que não dialogam com o que, por definição, temos como museus comunitários”. Desde esse momento me questionei sobre as dificuldades de enquadramento do que seria “a definição” destacada no parecer, em virtude da polissemia e da plasticidade apresentada por esses museus e Museologias, tornando-se um dos motes para a elaboração deste artigo. Minha problematização é que as Museologias Comunitárias podem impactar práticas museais independentemente da tipologia museológica, não apenas em museus comunitários, a exemplo da compreensão da “participação comunitária” inserida na nova definição de museus do Conselho Internacional de Museus, conforme evidenciarei no próximo item deste artigo.

Especificamente com relação ao Memorial Brumadinho, em virtude de acompanhar depoimentos de alguns dos integrantes da Avabrum, desde o início percebia a existência de tensões em torno do memorial, financiado pela Vale S.A., apresentado como uma demanda da associação, que alegava ter participado ativamente da concepção e escolha do projeto. Na verdade, o próprio Estatuto Social da Avabrum inseriu como uma de suas finalidades “acompanhar a construção e manutenção do Memorial, garantindo que o Memorial seja exclusivamente dedicado à honra das vítimas” e “constituir uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, que permita a gestão operacional e financeira do Memorial em homenagem às vítimas”¹¹.

Para Leonardo Vilaça Dupin e Márcio Martins,¹² o Memorial Brumadinho, ao ser “planejado pela mineradora responsável pelo desastre-crime, lança mão de um sentido particular da ideia de uma memória sensível”.

Valendo-se do luto para gerar um sentimento difuso de solidariedade às vítimas, a empresa materializa sua intencionalidade na forma de perceber a paisagem e a sua relação com a passagem do tempo, situando o crime como uma tragédia extraordinária, sem maior conexão com a longa história de exploração ecológica e humana pela mineração. Tem prevalecido nessas construções uma narrativa dos eventos catastróficos que tende a minimizar os contínuos conflitos gerados pela exploração e arruinação da paisagem como era antes percebida e vivida pelas comunidades locais, como demonstra a análise do Memorial Brumadinho.¹³

Tal interpretação, ao compreender que o memorial era um “museu da empresa” e que, portanto, reproduzia seu discurso oficial, evidenciava que “os memoriais [oficiais] enfocam um tempo-evento específico, de modo a singularizá-los, isolando-os da cadeia de eventos e alterações no ambiente provocadas pela mineração há séculos”¹⁴. Todavia, em diversas entrevistas no site e nas redes da Avabrum, e na página Reparação Pró-Brumadinho, é possível visualizar manifestações que destacam serem as famílias das vítimas e atingidos, representadas pela Avabrum, os protagonistas de todo o processo de construção do memorial. Essa situação culminou na assinatura de um termo de compromisso, em 4 de agosto de 2023, entre a associação, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e a Vale, garantindo a criação de uma fundação e, aos familiares das vítimas, a gestão do memorial. Compreensão resumida na entrevista de Kenya Paiva Lamounier, integrante do conselho fiscal da Avabrum, cujo trecho grifado intitula este artigo:

A gente sempre entendeu que a Avabrum iria tomar a posse do espaço e ali fazer o relato do crime a partir da nossa visão. A história é nossa, o Memorial vai trazer a história dos nossos. *Se a história é nossa, a memória nos pertence*. Mas percebemos que a Vale começou a fazer uma ingerência no local, agindo como se ela fosse governar aquele espaço e fazer um tributo aos funcionários que ela matou. Foi quando nós informamos para Vale que não era isso que a gente queria.¹⁵

Essas tensões em torno da gestão do Memorial Brumadinho são importantes para a compreensão da dinamicidade e da complexidade das Museologias comunitárias, visto que, desde o começo, a Avabrum compreendia que o processo museológico era fruto de uma construção comunitária, conforme destacou o presidente do conselho curador do Memorial, Vagner Diniz;

9. Duarte Cândido e Rosa (2014, p. 155).

10. Varine (2020).

11. Estatuto Social da Avabrum (2023).

12. Dupin e Martins (2023, p. 162).

13. *Ibid.*

14. Dupin e Pereira (2022, p. 12).

15. Avabrum (2023, grifos meus).

16. Pereira (2025, p. 1).
17. Valença e Almeida (2023, p. 83).
18. Ribeiro e Moreira (2014, p. 291-292).
19. Entre eles destaco a tese de Átila Bezerra Tolentino (2024) sobre o Memorial das Lutas e Ligas Camponesas em Sapé, na Paraíba.
20. Cf. Neves (2012), Sosa e Ferreira (2014) e Brito (2023).
21. Rangel *et. al.* (2019).
22. *Ibid.*, p. 1.
23. Arcuri, Laia e Suñer (2015).
24. Oliveira e Coelho (2022).
25. Silva (2023).

Diniz ressalta que, desde o início do projeto, a comunidade foi incentivada a participar da construção e organização do memorial. “Isso aconteceu já na escolha, pelos familiares, do projeto arquitetônico vencedor. Posteriormente, processos de escuta de parentes, visitas prévias ao local e diálogos com associações ajudaram a dar ao memorial contornos nos quais familiares e moradores da região se reconhecem”¹⁶.

Certamente é importante problematizar os termos comunidade e comunitário mobilizados no caso do Memorial Brumadinho, tornando-se metonímia dos debates que sustentam as Museologias comunitárias. Nesse aspecto é significativo reconhecer a complexidade das distintas formas de materialização das experiências museológicas comunitárias, a exemplo dos ecomuseus universitários, vistos como museus híbridos capazes de “agir em dois ‘mundos museais’ diferentes”¹⁷, ou do Ecomuseu de Itaipu, criado pela Itaipu Binacional, em 1987:

Não se tratava de um museu comunitário que havia sido idealizado e criado a partir da comunidade, mas, antes disso, se tratava de um modelo museológico escolhido por Itaipu para envolver a comunidade em processos de identificação e apropriação do patrimônio integral de seu território. Sua idiossincrasia se instala no fato de que não se trata de um ecomuseu criado por uma comunidade, mas sim criado para uma comunidade, garantindo em suas ações a integração e participação ativa da comunidade.¹⁸

Também considero essa argumentação relevante em virtude de ainda existirem poucos estudos relacionados a memoriais construídos na perspectiva das Museologias comunitárias,¹⁹ mais escassos ainda sobre os concebidos por vítimas e atingidos por crimes e/ou desastres socioambientais no Brasil.

Mesmo no âmbito das Museologias em geral, a maioria dos trabalhos existentes privilegia os museus e sítios de consciência relacionados à ditadura civil-militar.²⁰ Danilo Amparo Rangel *et al.*²¹ evidenciaram a proliferação de memoriais às vítimas no Brasil a partir de 2008 e destacaram a necessidade de análises aprofundadas sobre a diversidade de agentes e ações memoriais decorrentes de acontecimentos traumáticos, que reivindicam o não esquecimento de suas vítimas e dos crimes cometidos. Sublinham, desse modo, a importância de “saber quem são os atores que compõem a rede de criação destes espaços e como estes desenvolvem as narrativas, buscam recursos e ressignificam esses locais”²².

O mesmo pode ser aplicado aos estudos das memórias e dos patrimônios de comunidades atingidas por barragens e aqui destaco o artigo de Márcia Arcuri, Paulo Otávio Laia e Rodrigo Suñer,²³ o artigo de Maraysa Costa de Oliveira e Priscila Arigoni Coelho²⁴ e a tese de André Fabrício Silva²⁵ sobre a gestão do patrimônio impactado pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. Especificamente sobre a barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, e

a construção do memorial, destaco o artigo de Leonardo Vilaça Dupin e Edilson Pereira²⁶ em que analisaram a construção da memória pública em torno da catástrofe e suas conexões com a paisagem e os patrimônios locais. E o artigo de Leonardo Vilaça Dupin e Márcio Martins²⁷ em que analisam a Romaria pela Ecologia Integral a Brumadinho, como um contramonumento.

De um modo geral, os trabalhos investigam a forma como diferentes comunidades delineiam processos de musealização e valorização dos patrimônios, demonstrando os singulares modos de mobilização e manifestação de políticas da memória. Evidenciam, assim, como as memórias, a museologia e “os museus servem às causas do seu tempo”²⁸.

Este artigo integra um projeto maior que privilegia o estudo do campo museal brasileiro a partir da investigação de museus em sítios de consciência, ao evidenciar as especificidades dos processos de musealização em alguns memoriais propostos por associações de vítimas e sobreviventes de desastres ambientais.²⁹

A Coalizão Internacional de Sítios de Consciência, rede mundial “dedicada à transformação dos lugares que preservam o passado em espaços dinâmicos que promovam a ação cívica das lutas atuais pelos direitos humanos e por justiça”, reconhece que “qualquer memorial, museu, local histórico, iniciativa de memória ou organização não governamental que se comprometer com esses princípios de funcionamento definidos é um Local de Consciência”. Nesse aspecto, compreende que consistem em “espaços destinados, através da comunicação experiencial, a usar o lugar de memória como ferramenta pedagógica, promovendo a cultura dos direitos humanos, a reparação simbólica [...] oportunizando a participação pública”³⁰.

Nesse debate, problematizações contemporâneas fundamentais são apresentadas por um conjunto de práticas museológicas que, por sua vez, orientam a museologia, especialmente no diálogo com a diferença, com a implantação de novas demandas patrimoniais e com os desafios para a inclusão e democratização da ação comunitária. Ações comprometidas com aquilo que Cristina Bruno³¹ compreende como organização de formas de perseguição ao abandono e de enfrentamento das políticas do silêncio, por meio da extroversão de “memórias exiladas”.

Este artigo sistematiza algumas dessas provocações em uma metodologia qualitativa privilegiando o estudo de caso a partir da literatura científica e da documentação relativa à trajetória do Memorial Brumadinho, em Minas Gerais. Para tanto, mobilizei fontes diversas, a exemplo de bibliografia especializada, matérias jornalísticas, laudos técnicos e periciais, bem como publicações no site e nas redes sociais da Avabrum.

Desde o ano de 2022, acompanho regularmente as postagens e ações da associação, em especial as relativas ao memorial. Em 2023 realizei uma visita ao memorial e acompanhei a cerimônia de assinatura do termo de compromisso, em 4

26. Dupin e Pereira, *op. cit.*

27. Dupin e Martins, *op. cit.*

28. Bruno (2011, p. 31).

29. Cf. Finnegan (1998) e Silva (2012).

30. Briones (2015, p. 3).

31. Bruno (2000).

32. Comissão [...] (2024).

33. O Memorial Brumadinho foi inaugurado no dia 25 de janeiro de 2025, exatamente seis anos após o crime-tragédia.

34. Museus comunitários, museus sociais, ecomuseus, museus integrais, museus locais, museus de vizinhança são nomenclaturas que traduzem museus e processos museológicos pautados em experiências comunitárias como instrumentos de transformação social. Todavia, a nomenclatura ecomuseu ganhou evidência no campo museológico internacional na segunda metade do século XX, contribuindo para silenciar outras terminologias: “O próprio Hugues de Varine diz: ‘A meu ver é, aliás, lamentável que o vocábulo ‘ecomuseu’, nascido em outras circunstâncias e com outros objetivos, tenha substituído o de museu integral, como que em um retorno ao eurocentrismo. Na própria América Latina, o encontro de Santiago não teve muitos resultados concretos para os museus: o conservadorismo local acabou por se impor. Mas no México as experiências de ‘casa del museo’ e de museus locais, e até mesmo escolares, deveram muito à doutrina do museu integral. E é certo que muitos museólogos, na América Latina e alhures, refletiram e continuam a refletir segundo as mesmas diretrizes” (Chagas, 2018, p. 89).

35. Cf. Santos (2017) e Britto (2019).

36. Juliana Siqueira (2018, p. 65) reconhece que “a partir das contribuições da Nova Museologia, o conceito de comunidade assumiu um lugar central no entendimento dos processos museológicos, tomados como as relações entre uma

de agosto, na sede do MPMG, em Belo Horizonte, ocasião em que a associação, a Vale e o Ministério Público garantiram para a Avabrum a gestão do memorial e recursos visando à sua sustentabilidade, ocasião em que também presenciei a exibição do vídeo “Memorial Brumadinho, projeto do arquiteto Gustavo Penna”. Também acompanhei a audiência pública realizada em 23 de outubro de 2023 na Comissão de Direitos Humanos, no Senado, em Brasília, relativa às violações aos direitos humanos na cidade mineira e região. Em 10 de dezembro de 2024, acompanhei a reunião da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, em Brasília, sobre Fiscalização dos Rompimentos de Barragens, e tive acesso ao Relatório Temático Brumadinho, dedicando atenção especial ao item “Memorial em homenagem às vítimas”³². Por fim, em 15 de março de 2025, visitei o memorial, recém-inaugurado,³³ acompanhando a mediação e visualizando as narrativas em sua exposição.

Nessas audiências escutei atentamente os integrantes da diretoria da Avabrum, oportunidades em que acompanhei os debates promovidos por alguns familiares das vítimas e especialistas em direitos humanos e em rompimentos de barragens. Essas discussões foram fundamentais para a compreensão do contexto, das demandas das famílias das vítimas e de moradores da localidade, para o acesso a documentos e para o delineamento das análises aqui apresentadas.

MUSEUS E MUSEOLOGIAS COMUNITÁRIAS

Existiria um modelo ou uma definição correta de museu comunitário? Em caso positivo, a partir de quais critérios de classificação e atribuição de valores? Não seria um risco de universalização ou padronização enquadrar experiências tão distintas? Pensar as Museologias comunitárias no singular não reproduziria essas práticas? A própria terminologia escolhida para identificar essas experiências³⁴ também não seria atravessada por hierarquizações?

A problemática apresentada na introdução deste artigo dialoga com essas questões e demonstra que é fundamental explicitar alguns entendimentos de comunidade, de museus comunitários e de Museologias comunitárias amplamente mobilizados no âmbito da Museologia nas últimas décadas.³⁵

A partir da segunda metade do século XX, novas perspectivas museológicas ampliaram o significado dos museus e processos museais, marcadas pela inserção dos movimentos sociais, pela valorização dos direitos humanos, dos saberes locais e dos territórios, gerando um conjunto de experiências que se convencionou genericamente designar de Nova Museologia.³⁶

Conforme destacou Clovis Britto,³⁷ essas perspectivas impactaram a configuração de itinerários teóricos, contribuindo para a elaboração de termos e conceitos como, por exemplo, museus sociais, ecomuseus, museus de território,

dentre outros, que muitas vezes são contemplados pelo conceito de museus comunitários e que, por sua vez, tentam compreender os novos objetos museológicos criados por diferentes grupos e comunidades. Para o autor, essas mudanças contribuíram para a criação de lógicas singulares, “mais próximas das necessidades específicas de grupos e comunidades e, ao mesmo tempo, que esses próprios grupos pudessem falar em primeira pessoa, possibilitando a emergência de novas ‘imaginações museais’”³⁸.

No bojo dessas transformações, Peter Van Mensch³⁹ compreendeu que, na Nova Museologia, os objetivos museológicos contemplariam o desenvolvimento comunitário e o reconhecimento da agência dos membros da comunidade no delineamento de formas próprias de preservação e promoção dos bens culturais. Portanto, haveria uma mudança de uma museologia centrada nas coleções para uma museologia centrada nas pessoas, também concebida como Museologia Comunitária e Museologia Popular.

De acordo com Mário Moutinho,⁴⁰ essas alterações são resultado da “abertura do museu ao meio e da sua relação orgânica com o contexto social que lhe dá vida”, contribuindo para “o desenvolvimento sustentável da humanidade, assentada na igualdade de oportunidades e na inclusão social e econômica”⁴¹. Em sua interpretação, essas mudanças podem ser observadas em documentos como a Declaração de Santiago do Chile (1972), a Declaração de Quebec (1984) e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial – Unesco (2003), que contribuíram para a ampliação da compreensão dos museus e das Museologias:

A instituição distante, aristocrática, olimpiana, obcecada em apropriar-se dos objectos para fins taxonómicos, tem cada vez mais - e alguns disso se inquietam - dado lugar a uma entidade aberta sobre o meio, consciente da sua relação orgânica com o seu próprio contexto social. A revolução museológica do nosso tempo - que se manifesta pela aparição de museus comunitários, museus 'sans murs', ecomuseus, museus itinerantes ou museus que exploram as possibilidades aparentemente infinitas da comunicação moderna - tem as suas raízes nesta nova tomada de consciência orgânica e filosófica. [...] A abertura do museu ao meio e a sua relação orgânica com o contexto social que lhe dá vida tem provocado a necessidade de elaborar e esclarecer relações, noções e conceitos que podem dar conta deste processo.⁴²

Em leitura similar, Hugues de Varine⁴³ destaca, como exemplar dessas mudanças no campo dos museus e das Museologias, a criação dos ecomuseus, reconhecendo-os como resultado da relação entre ambiente, patrimônio e desenvolvimento social:

coletividade humana e seu patrimônio integral, em um dado território”.

37. Britto, *op. cit.*

38. *Ibid.*, p. 88.

39. Van Mensch (1992).

40. Moutinho (2014).

41. *Ibid.*, p. 423.

42. Moutinho (1993, p. 7-8).

43. Varine (2000).

44. *Ibid.*, p. 68-69.

45. Desvallées (2013).

46. Mayrand (1984).

A população local é, então, não só objeto, mas sujeito da instituição, não somente público, mas agente da ação e da animação. São seus problemas atuais e futuros que formam a base da programação. Esses ecomuseus têm um caráter acima de tudo urbano, na medida em que sua 'base' é constituída por coletividades organizadas e por associações de todo tipo que se desenvolveram no seio dessas coletividades. A outra fórmula parece atualmente convir mais às zonas rurais onde os métodos da pedagogia de conscientização ainda não foram tão bem estudados. [...] Entretanto pode-se constatar que o primeiro é um elo na evolução da museologia tradicional, marcando um progresso técnico certo, ao passo que o segundo pretende ser a tentativa de criação de uma nova museologia, de origem e de essência comunitária.⁴⁴

Na verdade, é possível compreender de modo genérico que os ecomuseus consistem em experiências museológicas que fazem eco às demandas comunitárias. Essa mudança paradigmática também pode ser evidenciada em algumas características apresentadas por André Desvallées:⁴⁵ o reconhecimento da dimensão social dos patrimônios culturais; a preocupação com a acessibilidade das coleções; a necessidade da adaptação dos museus face às transformações sociais, econômicas e culturais; e a sua visualização como instrumentos integrados à vida social, com forte potencial educativo. E também nas elencadas por Pierre Mayrand:⁴⁶ o reconhecimento da memória coletiva como herança primeira e do sujeito social como sua principal preocupação; o desenvolvimento comunitário como objeto do museu e da museologia; a valorização das diferentes formas de utilização do espaço visando a integrar o território; e a criação de metodologias pautadas na participação popular.

Nas últimas décadas é possível identificar uma nova mudança paradigmática no campo da museologia, tributária das conquistas da Nova Museologia, mas que a renova adaptando às demandas atuais. Sob o ponto de vista epistemológico, essa mudança, traduzida pela nomenclatura de Museologia Social, acomoda propostas que visam, cada uma a seu modo, a evidenciar os compromissos sociais, éticos e políticos aos quais se vinculam:

[...] quando falamos em museu social e museologia social, estamos nos referindo a compromissos éticos, especialmente no que dizem respeito às suas dimensões científicas, políticas e poéticas; estamos afirmando, radicalmente, a diferença entre uma museologia de ancoragem conservadora, burguesa, neoliberal, capitalista e uma museologia de perspectiva libertária; estamos reconhecendo que durante muito tempo, pelo menos desde a primeira metade do século XIX até a primeira metade do século XX, predominou no mundo ocidental uma prática de memória, patrimônio e museu inteiramente comprometida com a defesa dos valores das aristocracias, das oligarquias, das classes e religiões dominantes e dominadoras. A museologia social, na perspectiva aqui apresentada, está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros. [...] A afirmação da museologia social não implica, evidentemente, a negação de outras museologias; mas sim, a compreensão de que existem tendências museológicas que se alinham à espetacularização e à tentativa de homogeneizar e padronizar museus e procedimentos técnicos; e que também existem outros caminhos, outras formas de pensar e praticar a museologia.⁴⁷

47. Chagas e Gouveia (2014, p. 17).

48. *Apud* Santos Júnior (2017, p. 58).

Na verdade, é importante mencionar que nem toda experiência impactada pela Nova Museologia e, mais recentemente, pela Museologia Social, resulta naquilo que tem sido compreendido como Museologias Comunitárias, independentemente da busca da justiça social e da participação das comunidades. Todavia, é possível perceber as ressonâncias da Museologia Social em qualquer tipologia museológica, para além de sua vinculação institucional, o que não significa que essas ações a transformem em Museologias Comunitárias.

Aqui mobilizo o termo Museologias Comunitárias, no plural, em analogia à compreensão de Hugues de Varine em sua análise sobre as mudanças promovidas pela Nova Museologia: “Ela não é respaldada em modelos, até porque não existem dois museus comunitários ou ecomuseus semelhantes: cada projeto, cada realização é única, porque cada comunidade, cada patrimônio e território são únicos”⁴⁸. O mesmo entendimento se aplica, ao meu ver, aos distintos conceitos de museus comunitários que, embora apontem características comuns – a exemplo de um museu criado e gerido por uma determinada comunidade, em prol da valorização de suas memórias, patrimônios e territórios e em busca da justiça social –, também explicitam singularidades na afirmação física e simbólica de seu patrimônio por meio de formas próprias de organização, conforme evidenciam Cuauhtémoc Camarena e Teresa Morales:

49. “Un museo comunitario es creado por la misma comunidad: es un museo “de” la comunidad, no elaborado externamente “para” la comunidad. Un museo comunitario es una herramienta para que la comunidad afirme la posesión física y simbólica de su patrimonio, a través de sus propias formas de organización. Un museo comunitario es un espacio donde los integrantes de la comunidad construyen un autoconocimiento colectivo, propiciando la reflexión, la crítica y la creatividad. Fortalece la identidad, porque legitima la historia y los valores propios, proyectando la forma de vida de la comunidad hacia adentro y hacia fuera de ella. Fortalece la memoria que alimenta sus aspiraciones de futuro. Un museo comunitario genera múltiples proyectos para mejorar la calidad de vida, ofreciendo capacitación para enfrentar diversas necesidades, fortaleciendo la cultura tradicional, desarrollando nuevas formas de expresión, impulsando la valorización del arte popular y generando turismo controlado por la comunidad. Un museo comunitario es un puente para el intercambio cultural con otras comunidades, que permite descubrir intereses comunes, forjar alianzas e integrar redes que fortalece cada comunidad participante a través de proyectos conjuntos”. Camarena e Morales (2009, p. 15).

50. *Id.*

Um museu comunitário é criado pela própria comunidade: é um museu "da" comunidade, não um museu desenvolvido externamente "para" a comunidade. Um museu comunitário é uma ferramenta para que a comunidade afirme a propriedade física e simbólica de seu patrimônio por meio de suas próprias formas de organização. Um museu comunitário é um espaço onde os membros da comunidade constroem autoconhecimento coletivo, fomentando a reflexão, a crítica e a criatividade. Fortalece a identidade porque legitima a história e os valores da própria comunidade, projetando seu modo de vida interna e externamente. Fortalece a memória que alimenta suas aspirações para o futuro. Um museu comunitário gera múltiplos projetos para a melhoria da qualidade de vida, oferecendo capacitação para atender às diversas necessidades, fortalecendo a cultura tradicional, desenvolvendo novas formas de expressão, promovendo a valorização da arte popular e propiciando o turismo gerido pela comunidade. Um museu comunitário é uma ponte para o intercâmbio cultural com outras comunidades, permitindo que elas descubram interesses comuns, forjem alianças e integrem redes que fortalecem cada comunidade participante por meio de projetos coletivos.⁴⁹

Além de apresentar essa conceituação, Cuauhtémoc Camarena e Teresa Morales⁵⁰ resumem o que consideram como características dos museus comunitários, elencando alguns pontos que facilitam uma aproximação com as distintas experiências (Quadro 1). Nesse aspecto, também destacam como objetivos: fortalecer a apropriação comunitária do patrimônio cultural; fortalecer a identidade; melhorar a qualidade de vida; e criar pontes para outras comunidades.

Quadro 1 – Características dos museus comunitários

1 A iniciativa nasce da comunidade	Na maioria dos casos, nasce em decorrência do impulso de um ou de alguns dos integrantes da comunidade visando à preservação do patrimônio e ao fortalecimento da memória.
2 Desenvolve-se a partir da iniciativa comunitária	O projeto decorre da discussão de instâncias amplas de representação comunitária ou na instituição de redes comunitárias para reverberar os desejos da comunidade.
3 O museu narra histórias com a visão da comunidade	Empreende um processo coletivo em que os membros da comunidade expressam uma narrativa em primeira pessoa, fruto de sua visão sobre o que narrar e como exibir essa narrativa.
4 Uma instância organizada da comunidade dirige o museu	Esta instância se consolida desde o início ou ao longo do estabelecimento do museu, com características que variam de comunidade para comunidade.
5 O museu responde a necessidade e direitos da comunidade	O museu surge como resposta às necessidades da comunidade e muitas vezes quando a comunidade tem seu patrimônio ameaçado.

6 O museu fortalece a organização e a ação comunitária	O museu fortalece a comunidade, tornando-se ponto de partida para geração de iniciativas culturais, criação de redes com interesses afins e projetos conjuntos.
7 O museu pertence à comunidade	O edifício, as coleções e o benefícios resultantes pertencem à comunidade, com a instituição de mecanismos que garantam a participação e a decisão sobre seu conteúdo e prioridades.

51. *Id.*

52. Cf. Santos, *op. cit.*

53. Moutinho (2023, p. 1).

54. Brasil (2013, grifos meus).

Fonte: Cuauhtémoc Camarena e Teresa Morales.⁵¹

Estas características, embora contribuam para diferenciar os museus comunitários (independentemente de se autoidentificarem com essa nomenclatura) dos museus tidos como normativos e de Museologias que supervalorizam coleções e tecnicismo, evidenciam o protagonismo comunitário na concepção, execução e avaliação dos indicadores de memórias. Não é sem motivos que os termos comunidade e comunitário comparecem de forma estruturante em todas as características apresentadas no Quadro 1 e com centralidade nos diversos conceitos de museus comunitários formulados nas últimas décadas.⁵² Do mesmo modo, alguns desses termos têm extrapolado as Museologias Comunitárias, sendo condição fundamental para a compreensão da instituição museu, a exemplo da última definição de museu, aprovada em 24 de agosto de 2022 durante a Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus, em Praga, na República Tcheca, que inseriu a frase “com a participação das comunidades”, o que evidencia um transformação no campo museal “para o reforço das dimensões dialógicas e comunitárias”⁵³, embora saibamos da necessidade de problematizarmos os diferentes níveis dessa participação.

No caso brasileiro isso ganha força quando visualizamos, por exemplo, o Decreto n.º 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamenta o Estatuto de Museus, em uma definição de museu e de processos museológicos, compreendidos como:

[...] programa, projeto e ação em desenvolvimento ou desenvolvido com fundamentos teórico e prático da museologia, *que considere o território, o patrimônio cultural e a memória social de comunidades específicas*, para produzir conhecimento e desenvolvimento cultural e socioeconômico.⁵⁴

Nessa leitura é possível inferir que comunidades específicas produzem vontades de memória e processos museológicos específicos, o que, por sua vez, produziriam museus e Museologias Comunitárias distintas.

55. Ibram (2018).

56. Siqueira (2018, p. 62).

57. *Id.*

58. *Id.*

59. Chagas e Pires (2018, p. 292).

60. Brasil, *op. cit.*

Também é representativo o verbete “Comunidade” elaborado pela museóloga Juliana Siqueira e que integra o glossário do *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*.⁵⁵ Nele é evidenciado que a comunidade “nem sempre é definida com base na partilha de um território geográfico ou na longa duração temporal, podendo-se reconhecer por um certo grau de exterioridade ou desentranhamento”⁵⁶. Em diálogo com os movimentos sociais brasileiros, explicita que uma comunidade pode ser traduzida em “organizações – por vezes temporárias – constituídas em torno de projetos ou objetivos conjuntos específicos, cuja singularidade repousa na suposição da igualdade entre os participantes e na existência de uma vontade comum”⁵⁷. Por fim, destaca o conceito a partir das epistemologias africanas e ameríndias marcado por “fundamentos não antropocêntricos e não dualistas. [...] Trata-se de reconhecer a integralidade de seu contexto como uma trama de conexões sistêmicas que a tudo perpassa”⁵⁸.

Por serem polissêmicos, os termos aqui mencionados geram dificuldades no âmbito museológico, muitas vezes mobilizados de forma naturalizada, equivocada ou dogmática, sem compreender a necessidade de adaptação às diferentes realidades e experiências comunitárias. Enfim, museus comunitários e Museologias Comunitárias são processos dinâmicos e plurais e, portanto, torna-se necessário um enfrentamento dos enquadramentos insituídos em algumas alfândegas acadêmicas:

Nos últimos dez anos, todavia, foi possível compreender que, no que se refere aos museus sociais e comunitários, e mesmo no que se refere aos museus clássicos, as noções de tema ou problema (em vez de acervo, coleção e patrimônio), de territorialidades ou de desterritório (em vez de edifício e território) e de protagonistas sociais e grupos de interesse (em vez de público e comunidade) ganharam muita força. Estudos a respeito dessas transformações e mudanças, bem como a respeito dos termos utilizados para registrar essas transformações conceituais e práticas, ainda não foram desenvolvidos. A utilização de expressões como tema ou problema, territorialidades ou desterritório, protagonistas sociais ou grupos de interesse indica que nesse campo ocorrem mudanças delicadas de percepção, reflexão, ação, movimentação e comportamento que, em última análise, implicam a produção de novos deslimites.⁵⁹

Pautado nessas reflexões, especialmente na ideia de protagonistas sociais, em grupos de interesse e nas mudanças delicadas sinalizadas, evidenciarei a experiência do Memorial Brumadinho, compreendido como um processo museológico. A opção por um estudo de caso consiste em visualizar de que maneira o mesmo contempla “o território, o patrimônio cultural e a memória social de comunidades”⁶⁰ e, portanto, apresentaria especificidades: em alguns momentos distanciamentos e, em outros, aproximações e tensões com as reflexões em torno das Museologias Comunitárias.

MEMORIAL BRUMADINHO: ENTRE TENSÕES E INTENÇÕES COMUNITÁRIAS

61. Cf. Comissão [...] (2024).

62. *Ibid.*, p. 43, grifos meus.

No dia 10 de dezembro de 2024, assisti à audiência da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, em Brasília, sobre Fiscalização dos Rompimentos de Barragens, que contou com a participação da diretoria da Avabrum. Na ocasião foi discutido o Relatório Temático Brumadinho,⁶¹ que, dentre as 116 páginas, detalha a trajetória da associação, com destaque para o tratamento dado pela Avabrum aos atingidos pela tragédia-crime do rompimento da barragem, o acompanhamento da execução dos projetos nos municípios atingidos, a participação da Avabrum no Programa de Transferência de Renda (PTR) à população atingida e os projetos da associação.

O Relatório Temático possui um item intitulado “Memorial em homenagem às vítimas”, que apresenta cronologicamente algumas das ações da Avabrum relacionadas à concepção e gestão do Memorial Brumadinho. Por ser um dos documentos mais recentes e por condensar várias informações disponibilizadas no site e nas redes da Avabrum, optei por tê-lo como ponto de partida para a compreensão da trajetória do memorial e para a discussão de seus pontos de contato e/ou afastamento com as Museologias Comunitárias:

O memorial será um espaço de reflexão e contemplação, cercado pela natureza e repleto de árvores que florescem a cada novo ciclo, para mostrar que, apesar da dor, a vida continua. Nesse espaço, será contada a história das 272 vidas perdidas de forma tão brutal e devastadora, para que elas sejam eternamente lembradas e para que tragédias assim nunca mais se repitam. As famílias das vítimas, representadas pela Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão em Brumadinho Avabrum, *são protagonistas de todo o processo de construção do memorial, desde a seleção da área e do projeto arquitetônico, até a recepção final da obra e a definição do modelo de gestão do espaço.* Os órgãos do Poder Executivo estadual, coordenados pelo Comitê Gestor PróBrumadinho, junto ao Ministério Público de Minas Gerais e à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, atuam como apoiadores nas negociações e tratativas junto à Vale S.A, que, como responsável pelo dano irreparável causado às famílias, se encarregará do custeio e da manutenção vitalícia do memorial.⁶²

O documento destaca textualmente que o memorial foi uma das principais demandas dos familiares das vítimas e atingidos e que as famílias das vítimas são as protagonistas de toda a concepção do memorial, incluindo a seleção da área e do projeto arquitetônico e a definição do modelo de gestão. Essas afirmações começaram a circular com maior intensidade em diferentes matérias a partir de 2023, certamente com o intuito de não deixar dúvidas de que este era fruto de demandas da Avabrum e que, portanto, foi construído a

63. Silva (2012).

64. *Ibid.*, p. 500.

65. *Ibid.*, p. 501.

66. Dupin e Martins, *op. cit.*

partir de uma narrativa coletiva. Além disso, consiste em argumento fundamental que encerrou o impasse sobre a gestão do memorial, conforme destaquei posteriormente.

Desde meus primeiros contatos com alguns familiares das vítimas fatais e atingidos, eu percebi que o Memorial Brumadinho constituiu um forte desejo de memória daquele grupo de associados atingido pela tragédia-crime. Certamente, por essa razão, desde o início apontei como hipótese que o memorial era fruto de um processo museológico participativo e/ou com ressonâncias das Museologias Comunitárias. A insistência dos familiares em reivindicar o protagonismo na organização do memorial resultou em uma demanda pela gestão do espaço e explicitou uma tensão entre um conjunto de narrativas, fator que atrasou a inauguração e permitiu a abertura do museu para a visitação pública somente em 25 de janeiro de 2025.

Nesse contexto é possível considerar os argumentos de Telma Camargo Silva⁶³ quando analisou a tensão entre as múltiplas narrativas de dor decorrentes das tentativas de implementação de um memorial relacionado ao desastre radioativo com o Césio 137, em Goiânia. A autora demonstra, em diálogo com Yoneyama, as diferentes e divergentes narrativas apresentadas em quatro propostas museológicas, nas fissuras entre a “perspectiva do testemunho das dores, do sofrimento vivenciado, e configura uma lição para o futuro” e “projetos para renovação e ressignificação dos lugares marcados [...], onde diferentes sujeitos narrativos – caracterizados pelas elites econômicas e políticas – disputam os lugares de memorização”⁶⁴. A autora, portanto, problematiza sobre as possibilidades de patrimonialização da dor e evidencia, em alguns casos, as descontinuidades entre projeto e execução de memoriais relacionados a essa temática por “provocarem uma ruptura que perpassa de uma só vez várias instituições – atravessando família, comunidade, burocracia do Estado, cortes de justiça, medicina, corporações, e engendrando a dor e o trauma”⁶⁵.

Embora Leonardo Vilaça Dupin e Márcio Martins⁶⁶ destaquem que o Memorial Brumadinho repercutia um discurso da mineradora Vale (ao situar o crime como uma tragédia extraordinária, minimizar os conflitos relativos à mineração e ao valer do luto para gerar um sentimento difuso de solidariedade às vítimas), é importante ponderar que essa narrativa unilateral diz respeito ao projeto expositivo inicial. No caso do projeto arquitetônico, a Avabrum destaca que participou ativamente de todo o processo entre projeto e execução, e é importante também perceber as diferentes ações realizadas pela Avabrum como projetos de comunicação, preservação e pesquisa. Desse modo, os processos museológicos não se resumiram ao projeto arquitetônico do memorial e não estiveram condicionados à sua inauguração, visto que atravessam diferentes espaços e explicitam distintos conflitos relacionados à mineração.

Retomando o conteúdo do Relatório Temático Brumadinho sobre o memorial, é evidente um esforço para explicitar a participação das famílias ao longo de todo o processo, desde a sua concepção: “Em março de 2020, os associados da Avabrum votaram entre as propostas apresentadas e o projeto vencedor foi o elaborado pelo escritório GPA&A, liderado pelo arquiteto Gustavo Penna. [...] A obra foi concluída em 2022 e está em fase de vistorias”⁶⁷.

Em diversas matérias jornalísticas sobre a concepção e aprovação do projeto arquitetônico, foram explicitadas a participação da Avabrum. O site da Avabrum noticiou, por exemplo, que, em 26 de março de 2020, os familiares definiram o projeto em uma assembleia on-line, em virtude do isolamento provocado pela pandemia de covid-19:

Em parceria com as entidades que acompanham o projeto do Memorial, entre elas o Governo de Minas e Ministério Público, em definição conjunta com a Avabrum, foi elaborado um Termo de Referência, que permitiu a contratação de quatro projetos pela Vale. Pelo escopo, o projeto selecionado deveria conter uma arquitetura de caráter público, que estimulasse o convívio entre pessoas de diferentes perfis e idades, e que possa ser apropriado pela comunidade para realização de diferentes atividades. O processo de seleção contou com o apoio e consultoria externa aos membros da AVABRUM, da arquiteta e urbanista Jurema de Sousa Machado, presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entre 2012 a 2016; e do museólogo Marcelo Mattos Araújo, presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), de 2016 a 2018. Dois projetos foram pré-selecionados e levados à votação dos familiares, com início no dia 25/03/2020 às 20:00h, um assinado pela arquiteta Maria Paz de Moura Castro, conhecida pelas obras do restaurante Oiticica e da Galeria Tunga do museu Inhotim; e outro pelo arquiteto Gustavo Penna, que assina obras como o Museu de Imigração Japonesa, em São Paulo, a Galeria Wals, em Belo Horizonte; e o Museu de Congonhas. A proposta de Gustavo Penna foi a escolhida, com 62,1% das 2.323 respostas obtidas.⁶⁸

A matéria explicita a existência de um termo de referência e a participação da Avabrum na escolha da proposta vencedora. Leonardo Vilaça Dupin e Edilson Pereira⁶⁹ problematizam a ideia de participação, considerando que ela se deu em posição de assimetria entre as vítimas e a mineradora. Além disso, tencionam a “memória pública” destacando que apenas as pessoas vinculadas a Avabrum foram ouvidas, contrastando com “a realidade vivenciada por muitos moradores que ainda se mantêm sem indenização, água potável, alimento para seus animais, entre outras violações decorrentes das contínuas perdas geradas”⁷⁰.

O arquiteto Gustavo Penna, autor da proposta selecionada, destacou em diversas entrevistas que o projeto resultou de intenso diálogo com os familiares das vítimas fatais e de atingidos.⁷¹ Algumas reportagens consultadas

67. Comissão [...], *op. cit.*, p. 43.

68. Avabrum (2020).

69. Dupin e Pereira, *op. cit.*

70. *Ibid.*, p. 10.

71. Cf. Aquino (2021).

também demonstram que a ideia do memorial partiu de familiares das vítimas vinculados à Avabrum:

A ideia de construir o memorial partiu da psicóloga Kenya Lamounier, de 54 anos. Quando enterrou seu marido, Adriano, 30 dias depois do rompimento, vivendo um “luto muito pesado”, pensou em um espaço que pudesse trazer um pouco de paz para familiares que, assim como ela, vivem uma “história de terror” sem fim. [...] “O memorial busca trazer outro significado para aquele lugar e dignidade para a memória de todos os que perderam a vida de forma brusca. Que este espaço venha a fazer reverência a todos os trabalhadores que foram massacrados. Nós, brasileiros, não podemos deixar este crime, que matou 272 pessoas em menos de um minuto, passar em branco”, defende a psicóloga, que faz parte da diretoria da Avabrum, associação das famílias das vítimas. Para Kenya, que tem dois filhos, o mais importante é não deixar a tragédia cair no esquecimento. E o projeto escolhido, na opinião dela, representa bem o sentimento de quem ficou. “O Gustavo Penna conseguiu colocar no papel, de forma muito harmônica, tudo o que imaginávamos para o memorial. Que fosse um lugar de paz e que contasse a história daquelas pessoas”⁷².

Josiane, que era funcionária da Vale na época, estava de férias na data da tragédia. No entanto, sua irmã, que estava grávida, perdeu a vida no episódio: “A ideia do memorial começou a nascer em 2019, da indignação de familiares que, após enterrar seus entes queridos, recebiam notícias de que mais segmentos corpóreos foram encontrados. E as pessoas não queriam ir ao IML [Instituto Médico Legal] para viver todo aquele processo novamente”, afirmou à Agência Brasil. “Nos disseram que esses novos segmentos seriam então destinados a uma vala comum, sem identificação. Daí nasceu essa ideia do memorial como um cemitério para que a gente pudesse destinar os segmentos corpóreos de uma forma mais digna, identificando as vítimas. E o projeto foi depois tomando outras proporções, para fazer uma homenagem às vítimas e trazer relatos sobre a verdadeira história da tragédia-crime”⁷³.

O fato é que, independentemente da extensão da participação na concepção do memorial, se a partir das comunidades locais atingidas ou dos familiares das vítimas fatais do crime-tragédia vinculados à Avabrum, é importante considerar algumas aproximações com os princípios das Museologias Comunitárias e, conforme destaquei anteriormente, as plasticidades terminológicas e conceituais em torno das noções de comunidade. Isso se complexifica quando observamos que muitas das vítimas fatais e seus familiares também eram/são das comunidades afetadas pelo rompimento da barragem. Além disso, é importante compreender as transformações sofridas desde a concepção inicial do memorial, conforme destacado na entrevista: de um memorial mausoléu (contemplativo) para um memorial denúncia (fórum de debates sobre a tragédia-crime).

Uma das questões mais sensíveis no âmbito do Memorial Brumadinho, de acordo com as características apresentadas por Cuauhtémoc Camarena e Teresa Morales⁷⁴ e resumidas no Quadro 1 – embora não seja meu intuito promover enquadramentos –, consiste na gestão e no pertencimento comunitário, com a instituição de mecanismos que garantam a participação e a decisão sobre seu conteúdo e prioridades. Problemática resumida nas argumentações de Leonardo Vilaça Dupin e Edilson Pereira⁷⁵ quando sublinharam que “o terreno no qual ele se localiza não faz parte do patrimônio público local, mas se tornou uma posse privada da empresa, que controlará o acesso e o uso do espaço construído”.

Todavia, essa situação foi alterada após intensa mobilização da Avabrum, o que resultou no adiamento da inauguração do memorial – então prevista para 25 de janeiro de 2023 – em virtude do dissenso entre a Avabrum e a Vale a respeito do uso e da gestão do espaço:

O comunicado de adiamento foi feito pela Avabrum, associação que reúne as famílias das vítimas e que alega falta de diálogo com a Vale em meio às definições sobre a gestão do espaço. Segundo o grupo, o impasse ocorreu durante a elaboração de documentos jurídicos. “Aguardamos a construção de documento que garante para nós, familiares das vítimas, o direito de governança, estabelecendo legalmente que o memorial seja nosso e dos nossos”, diz nota da Avabrum. “Buscamos assim impedir a interferência da Vale na gestão do espaço. Como não foi possível finalizar, em virtude de várias divergências, e perante nossa responsabilidade de garantir nossos direitos enquanto idealizadores do projeto e representante legal da memória, a Avabrum aguarda finalização jurídica do acordo”, completa.⁷⁶

Os debates sobre a governança do memorial se estenderam ao longo de 2023 em reuniões entre a Avabrum e a Vale, acompanhados pelo MPMG e pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) do governo de Minas Gerais. Em 4 de agosto de 2023, foi assinado um termo de compromisso que garantiu que o memorial será gerido pelas famílias das vítimas a partir da estruturação da Fundação Memorial de Brumadinho, uma fundação privada sem fins lucrativos. A Vale se comprometeu em contribuir financeiramente para a criação da entidade e para a manutenção de suas ações, conforme previsto na escritura pública de instituição da fundação e em seu estatuto.

No âmbito das tensões sobre a propriedade e a gestão do memorial também estavam em jogo o discurso curatorial produzido pela Vale sem a participação das famílias das vítimas. Diferentemente do projeto arquitetônico selecionado pela Avabrum, o conteúdo das exposições foi apresentado de modo unilateral, o que também ensejou a criação da fundação, conforme destacou Vagner Diniz, atual presidente do Conselho Curador do Memorial:

74. Camarena e Morales, *op. cit.*

75. Dupin e Pereira, *op. cit.*, p. 10.

76. Cancian (2023).

77. A corajosa [...] (2024).

78. Werneck e Nogueira (2025, p. 1).

O projeto arquitetônico foi escolhido pelos familiares, mas quando nós fomos lá pela primeira vez, já havia uma expografia montada, já tinha toda uma exposição montada. Não fomos nós que escolhemos essa expografia, não foram os familiares que fizeram. Ela veio pronta na entrega que a Vale fez. Essa narrativa nós temos que olhar com muito cuidado, porque o Memorial tem que fazer parte da história das pessoas que estão vivas. Nós queremos que aquele espaço seja um espaço que integre o memorial à vida da população. Então a narrativa do Memorial tem que partir de uma escuta, de uma escuta muito atenta dessa população que sofre até hoje as suas perdas. [...] O Memorial é um espaço que se decide que você vai guardar na memória aquilo que é importante e, por isso, tivemos uma intensa negociação para que a empresa não tivesse nenhuma inserção na governança desse espaço. São os familiares quem devem decidir o que vai ser exposto ali, qual a narrativa que vai ser dada para esse memorial.⁷⁷

Durante a finalização deste artigo, o Memorial Brumadinho foi inaugurado, com a reformulação do discurso expositivo a partir de um novo projeto capitaneado pela diretoria da fundação e que, segundo Kenya Lamounier, membro do conselho curador da fundação representando a Avabrum, visa a conectar “o presente e o passado com a história das vítimas. [...] O espaço é exemplo para que outras tragédias sociais sejam contadas ‘do ponto de vista dos oprimidos’, [...] sem manipulação ou omissão dos fatos que levaram ao rompimento e [visando] assegurar que os erros não se repitam”⁷⁸.

O memorial é constituído por um pavilhão principal com recepção, anfiteatro, administração e cafeteria, por um bosque (com 272 ipês amarelos) e pelos espaços nomeados de fenda, cabeça que chora (escultura-monumento), espaço memória (dedicado às vítimas, visando a compartilhar o luto e os afetos) e espaço testemunho (dedicado aos antecedentes e às consequências do rompimento da barragem, para compreender a luta dos familiares e da comunidade por reparação), além de local dedicado à guarda de segmentos corpóreos das vítimas. A exposição é composta por vídeos, fotografias, objetos utilizados por bombeiros e voluntários e objetos pessoais das vítimas, além de artefatos encontrados em meio aos rejeitos.

O memorial optou por contratar moradores de Brumadinho na equipe atuando como mediadores, estagiários e servidores da cafeteria e destaca, em sua página institucional, que pretende atuar a partir de exposições, produção de acervo, pesquisa e ações educativas.

Provavelmente novas questões atravessarão o memorial em decorrência de sua inauguração, articulando os processos museológicos com as temáticas dos direitos humanos, dos direitos da natureza e das Museologias Comunitárias, tornando-se estímulo para o aprofundamento e a problematização das reflexões aqui apresentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da Avabrum com o museu demonstra as singularidades e as transformações nas compreensões sobre comunidade, acervo, território e patrimônio, em estreita relação com os debates sobre direitos humanos e não-humanos. O contato com as famílias das vítimas e atingidos pela tragédia-crime me oportunizou compreender os museus como um espaço de disputa constante em torno de projetos políticos, poéticos e éticos. Meu intuito não foi classificar ou não o Memorial Brumadinho como um museu comunitário, mas compreender os prováveis impactos das Museologias Comunitárias nesse processo.

Isso é relevante em virtude de certas concepções naturalizadas ou normativas sobre como as comunidades exercem seus processos museológicos e lutam pelo exercício do direito à memória. Seguindo essas reflexões, Suzy Santos⁷⁹ apontou tensões entre algumas teorizações e “a realidade de museus com características tão específicas, de realidades distintas e com enorme capacidade de invenção e reinvenção, que não aceitam ‘modelos’ e concepções teóricas limitadoras”⁸⁰. Em suas investigações, conclui que a dinamicidade dos museus comunitários contribui para que nem sempre correspondam às definições e, portanto, seria necessário “não estabelecer modelos, e sim princípios – mais o que ‘deve ser’ do que de fato ‘o que é’ – a fim de que esses museus não reproduzissem os problemas conceituais, éticos e metodológicos existentes nos museus [normativos]”⁸¹.

Leonardo Vilaça Dupin e Edilson Pereira,⁸² ao comparar as narrativas do Memorial Brumadinho com outras iniciativas de memória sobre a tragédia-crime, como as Romarias pela Ecologia Integral, destacaram diferenças na forma como a proposta inicial do memorial se relacionava com o espaço: “na via oficial da empresa poluidora, como uma nova obra perene de arquitetura, uma criação material que compartilharia certa dimensão aurática da arte, mesmo se classificada como ‘arte pública’”, enquanto que “as formas populares de articulação da memória acentuam o caráter da paisagem como um território de vida e de exploração contínua há séculos”⁸³.

Os questionamentos em torno do Memorial Brumadinho, em decorrência das tensões surgidas entre a Avabrum e a Vale, acarretaram fissuras no âmbito da gestão da memória que impactaram, por meio dos processos museológicos coordenados pelos familiares das vítimas e pelos atingidos, o discurso expositivo ali instituído. Esses indícios podem ser visualizados nas entrevistas em que integrantes da diretoria da Avabrum informaram que “o objetivo do memorial não será apenas homenagear as joias, mas também contar a história do desastre-crime”⁸⁴, ou que “esse espaço não é da Vale, porque quem mata não rende homenagem. Quem mata tem que ser punido. A gente não aceitaria que

79. Santos, *op. cit.*

80. *Ibid.*, p. 134.

81. *Ibid.*, p. 131.

82. Dupin e Pereira, *op. cit.*

83. *Ibid.*, p. 13.

84. Donizete (2023).

a Vale tivesse a governança”⁸⁵. Além disso, sustentam o discurso curatorial do memorial recém-inaugurado.

A partir da trajetória do Memorial Brumadinho apresentei alguns desafios e contribuições dos memoriais de vítimas e atingidos por crimes-tragédias para as Museologias Comunitárias e para as disputas sobre memória, reparação e pertencimento. Meu intuito foi demonstrar a importância de relativizar e problematizar algumas definições e, ao mesmo tempo, de perceber os processos museológicos como ficções e fricções em constantes adaptações, reinvenções e atravessamentos.

SOBRE O AUTOR

Clovis Carvalho Britto é pós-doutor em museologia na Universidade Lusófona - Centro Universitário Lisboa e pós-doutor em estudos culturais no Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em museologia pela Universidade Lusófona e doutor em sociologia pela Universidade de Brasília. Professor associado 2 na Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília no Curso de Museologia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia. Professor colaborador no Departamento de Museologia e investigador colaborador no Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento da Universidade Lusófona, Portugal. Bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na área de Museologia (2020-2026). E-mail: clovisbritto@unb.br.

REFERÊNCIAS

Fontes impressas

BRASIL. Decreto n.º 8.124, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei n.º 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2013.

CHAGAS, Mario. Museu Integral. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília, DF: IBRAM, 2018.

COMISSÃO Externa sobre Fiscalização dos Rompimentos de Barragens e Repactuação. *Relatório Temático Brumadinho*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, novembro de 2024. Disponível em: <https://bit.ly/3IXyjad>. Acesso em: 1 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília, DF: IBRAM, 2018.

SIQUEIRA, Juliana. Comunidade. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília, DF: IBRAM, 2018.

Fontes manuscritas

MAYRAND, Pierre. *Nouvelle muséologie*: aspects formels et spécifiques. Quebec, 3 out. 1984. Datilografado.

Livros, artigos e teses

ARCURI, Márcia; LAIA, Paulo Otávio; SUÑER, Rodrigo. Territórios e patrimônios na lama das negociações: desafios para a museologia comunitária na Barragem de Fundão. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico - UFMG*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1/2, p. 209-244, 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS FAMILIARES DE VÍTIMAS E ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM MINA CÓRREGO DO FEIJÃO – BRUMADINHO. *Anabrum 272 vidas presentes: a história da Associação de Familiares e da tragédia-crime da Vale em Brumadinho de A específicos* Z. Brumadinho: AVABRUM, 2024.

BRIONES, Marcia Cristina Hernández. Sítios de consciência, a memória e a comunicação. *10º Encontro Nacional de História da Mídia*, Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, Porto Alegre, 2015.

BRITO, Ana Paula Ferreira de. *Museologia de memórias traumáticas: a produção acadêmica da Museologia brasileira sobre a ditadura (2014-2020)*. 2023. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

BRITTO, Clovis Carvalho. “*Nossa maçã é que come Eva*”: a poética de Manoel de Barros e os lugares epistêmicos das Museologias Indisciplinadas no Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Museologia), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2019.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Museologia: a luta pela perseguição ao abandono*. 2000. Tese (Livre-Docência) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Os museus servem para transgredir: um ponto de vista para a Museologia paulista. In: SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS (org.). *Museus: o que são, para que servem?* Brodowski: ACAM Portinari - Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2011.

CAMARENA, Cuauhtémoc; MORALES, Teresa. *Manual para la creación y desarrollo de museos comunitarios*. La Paz: Fundación Interamericana de Cultura y Desarrollo, 2009.

CHAGAS, Mario; PIRES, Vladimir Sibylla (org.). *Território, museus e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2018.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia Social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 27, n. 41, p. 9-22, 2014.

DESVALLÉES, André. Muséologie comme champ disciplinaire: trajectoires. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 42, n. 3, 2013.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria, ROSA, Mana Marques. Entre mastodontes e Frankensteins: caminhos para o delineamento de políticas de acervos em museus. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 24, p. 153-162, 2014.

DUPIN, Leonardo Vilaça; MARTINS, Márcio. Romaria a Brumadinho: contramonumento em memória das vítimas do crime-desastre da mineração. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, 2023.

DUPIN, Leonardo Vilaça; PEREIRA, Edilson. De Minas às ruínas: o refazer da memória e da paisagem no pós-desastre de Brumadinho. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, Belém, v. 17, n. 3, e20210104, 2022.

FINNEGAN, Ruth. *Tales of the city: a study of narrative and urban life*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MORAES-WICHES, Camila Azevedo de. Processo curatorial, museus antropológicos e descolonização. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 29, p. 1-10, 2021.

MOUTINHO, Mário. Editorial: Interculturalidade Crítica e Sociomuseologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 65, n. 21, p. 1-2, 2023.

MOUTINHO, Mário. Definição evolutiva de Sociomuseologia: proposta de reflexão. *Cadernos do CEOM*, *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 27, n. 41, 2014.

MOUTINHO, Mário. Sobre o conceito de Museologia Social. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 1, n. 1, 1993.

NEVES, Kátia Regina Felipini. Memorial da Resistência de São Paulo: uma perspectiva museológica processual. In: FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; MICHELON, Francisca Ferreira (org.). *Memória e esquecimento*. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012. p. 35-66.

OLIVEIRA, Maraya de Fátima Costa de; COELHO, Priscilla Arigoni. Homogeneização e silenciamento das memórias coletivas na construção dos lugares de memória: o caso do subdistrito de Bento Rodrigues. *Anais do 5.º Seminário Brasileiro de Museologia*, Porto Alegre, 2022.

RANGEL, Danilo Amparo; NOGUEIRA, Carolina Gomes; VECCHIOLLI, Virgínia Susana; SERRES, Juliane Conceição Primon. A proliferação de memoriais às vítimas no Brasil: reflexões em torno a alguns casos recentes. *RELAcult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 5, ed. especial, p. 1-18, abr., 2019.

RIBEIRO, Tatiana S. Damas; MOREIRA, Isabela da Costa. Ecomuseu de Itaipu e Programa Cultivando Água Boa: gestão patrimonial comunitária na Bacia Paraná 3. *Cadernos do CEOM*, Chapecó-SC, v. 27, n. 41, p. 289-305, 2014.

SANTOS, Susy da Silva. *Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil: estudo exploratório de possibilidades museológicas*. 2017. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS JÚNIOR, Roberto Fernandes dos. *Por uma museologia da libertação: patrimônio e desenvolvimento local em Hugues de Varine*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2017.

SILVA, André Fabrício. *Bento Rodrigues e as memórias que a lama não apagou: emoções patrimoniais na (re) construção das identidades no contexto pós-desastre*. 2023. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

SILVA, Telma Camargo da. Musealização de eventos críticos: análise da tensão entre múltiplas narrativas da dor. In: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (org). *Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília, DF: ABA, 2012.

SOSA, Ana Maria; FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Memoria musealizada: un estudio sobre los procesos de patrimonialización de memorias traumáticas en Uruguay y Brasil. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2014.

TOLENTINO, Átila Bezerra. *A ferida colonial, os museus e as lutas no campo: insurgências e práticas decoloniais no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas*. 2024. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.

VALENÇA, Vivianne Ribeiro; ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. Ecomuseus universitários brasileiros: desafios e potencialidades. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 66, n. 22, p. 81-95, 2023.

VAN MENSCH, Peter. *Towards a methodology of museology*. 1992. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade de Zagreb, Zagreb, 1992.

VARINE, Hugues de. *El ecomuseo singular y plural: un testimonio de cincuenta años de museología comunitaria en el mundo*. Santiago: ICOM Chile, 2020.

VARINE, Hugues de. O ecomuseu. *Ciência & Letras*, Porto Alegre, n. 27, p. 61-90, 2000.

Sites

A CORAJOSA missão de seguir em frente, ao lado da dor. *Projeto Preserva*, 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4mdX4NK>. Acesso em: 1 jan. 2025.

AQUINO, Célia. Gustavo Penna encara o projeto mais completo da sua carreira em Brumadinho. O Estado de Minas, Belo Horizonte, 25 jul. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/44UAIR5>. Acesso em: 1 jan. 2025.

ASSOCIAÇÃO DOS FAMILIARES DE VÍTIMAS E ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM MINA CÓRREGO DO FEIJÃO – BRUMADINHO. *Familiares das vítimas concluem processo de seleção do projeto arquitetônico do Memorial*. [S. l.]: 2020. Disponível em: <http://bit.ly/4lN5dsE>. Acesso em: 30 dez. 2024.

ASSOCIAÇÃO DOS FAMILIARES DE VÍTIMAS E ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM MINA CÓRREGO DO FEIJÃO – BRUMADINHO. *Brumadinho: Avabrum garante gestão e conservação do Memorial construído em homenagem às vítimas do rompimento da barragem*. [S. l.]: 2023. Disponível em: <http://bit.ly/4kIsWc3>. Acesso em: 30 dez. 2024.

CANCIAN, Natália. Inauguração de Memorial em Brumadinho é adiada, e famílias apontam divergência com a Vale. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 jan. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4feFbw7>. Acesso em: 30 dez. 2024.

DONIZETE, Rafael. Governança do Memorial em Brumadinho é um direito dos familiares das vítimas, defende Avabrum. *Aedas*, Belo Horizonte, 23 fev. 2023. Disponível em: <https://aedasmg.org/governanca-do-memorial-direito-dos-familiares/>. Acesso em: 2 jan. 2025.

PEREIRA, Paulo Henrique. Memorial Brumadinho relembra a história das vítimas da tragédia. *Edição do Brasil*, 31 jan. 2025. Disponível em: <https://edicaodobrasil.com.br/2025/01/31/memorial-brumadinho-relembra-a-historia-das-vitimas-da-tragedia/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

RODRIGUES, Léo. Memorial atrasa inauguração por impasse entre atingidos e mineradora. *Agência Brasil*, 26 jan. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/4o9Rhe1>. Acesso em: 1 jan. 2025.

WERNECK, Gustavo; NOGUEIRA, Bruno. Memorial Brumadinho é inaugurado em homenagem às 272 vítimas de tragédia. *Estado de Minas*, 25 jan. 2025. Disponível em: <https://bit.ly/3IRM76a>. Acesso em: 17 mar. 2025.

Artigo apresentado em: 02/01/2025. Aprovado em: 03/04/2025.

Editores Responsáveis: Maria Aparecida de Menezes Borrego e David Ribeiro.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License